

Beneficiários de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez que foram convocados em 23 de março pelo INSS têm até hoje (13) para agendar a perícia de revisão do benefício. A marcação deve ser feita por meio do telefone 135. Caso a perícia não seja marcada, o pagamento ficará suspenso até o convocado regularizar sua situação.

Incertezas eleitorais e contas públicas dificultam recuperação da economia

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) mantém previsões que apontam para um moderado desempenho da economia brasileira neste ano. As incertezas em relação às eleições e ao ajuste das contas públicas dificultam a recuperação econômica do país. A estimativa é que o PIB do país cresça 2,6%, o PIB industrial tenha expansão de 3%, que os investimentos aumentem 4%, o consumo das famílias, 2,8%. A taxa média de desemprego deverá ficar em 11,8%. Mesmo com o cenário externo favorável, a queda da inflação e a redução dos juros, o ritmo de recuperação da economia é moderado e o país

não conseguirá recuperar as perdas causadas pela recessão no médio prazo.

“Mesmo com o crescimento de 1% do PIB em 2017, ainda estamos com renda per capita 8,2% menor do que em 2014 e a produção industrial, no início de 2018, situa-se ainda 14% abaixo do seu pico observado em 2013”, diz o estudo da CNI, em cuja avaliação a principal causa da fraca reação da economia é a indefinição sobre o ajuste permanente das contas públicas. Além do adiamento da reforma da Previdência, a falta de definição do quadro eleitoral é outra fonte de incertezas sobre o ajuste fiscal.

O informe da instituição alerta que o grande desafio do Brasil é

aumentar a produtividade. Isso requer o equilíbrio fiscal, a reforma da Previdência, a reforma tributária, disponibilidade de financiamento de longo prazo, redução da burocracia, segurança jurídica e modelos de regulação eficientes, entre outras medidas. O relatório da CNI aponta outras estimativas sobre a evolução da economia. “A inflação deve permanecer em níveis baixos em 2018 em função da ainda alta ociosidade da economia, da elevada taxa de desemprego e da quebra da inércia inflacionária ocorrida em 2017.”

A estimativa é que o IPCA fechará o ano em 3,7% ao ano. Com a inflação baixa, os juros básicos da economia permanecerão no menor patamar da



O ritmo de recuperação da economia é moderado e o país não conseguirá recuperar as perdas causadas pela recessão no médio prazo.

história. A taxa Selic chegará ao fim de 2018 em 6,25% ao ano e a taxa real de juros será de 3%. O déficit primário do setor público deve alcançar R\$ 152,7 bilhões, o equivalente a 2,19% do PIB.

“Apesar de estar abaixo da meta de R\$ 161,3 bilhões fixada para este ano, o déficit será maior do que os R\$ 110,6 bilhões registrados em 2017”, afirma o relatório. A dívida pública atingirá 73,7% do PIB. Já

no saldo comercial, a previsão da CNI é que o país terá um superávit comercial de US\$ 58 bilhões neste ano, resultado de exportações de US\$ 230 bilhões e importações de US\$ 172 bilhões (ABR).

Maioria do STF decide manter Palocci preso

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem (12) manter a prisão do ex-ministro Antonio Palocci, detido em Curitiba no âmbito da Operação Lava Jato desde setembro de 2016. O pedido de habeas corpus foi rejeitado por maioria de 7 votos a 4. Os ministros Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Celso de Mello, Rosa Weber e Cármen Lúcia votaram contra o recurso.

Já Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello decidiram pela liberdade de Palocci. O ex-ministro cumpre prisão preventiva há um ano e sete meses depois que o juiz Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, o condenou a 12 anos de reclusão por corrupção e lavagem de dinheiro. Na primeira parte do julgamento, realizada na quarta-feira (11), a maioria dos ministros decidiu, por 6 votos a 5, não analisar um pedido de liberdade apresentado pela defesa, mas ao final iniciaram a análise sobre a possibilidade de derrubarem a prisão “de



Ex-ministro foi condenado a 12 anos de reclusão por corrupção.

ofício”, isto é, por iniciativa da própria Corte.

De acordo com Fachin, alguns dos elementos considerados por Moro - risco de dissipação de provas e à instrução do processo - foram superados. No entanto, a liberdade de Palocci ainda representa “risco à ordem pública”. Palocci foi alvo da operação em que a Lava Jato apurou pagamentos de R\$133 milhões em propina pela Odebrecht ao Partido dos Trabalhadores (PT), operados pelo ex-ministro em uma conta de vantagens indevidas (ANSA).

Salário mínimo de R\$ 1.002 para 2019

Pela primeira vez, o valor do salário mínimo ultrapassará R\$ 1 mil. O governo propôs salário mínimo de R\$ 1.002 para o próximo ano, o que representa alta de 5% em relação ao atual (R\$ 954). O valor consta do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018, apresentado ontem (12) pelos ministros do Planejamento, Esteves Colnago, e da Fazenda, Eduardo Guardia.

Em 2019, a fórmula atual de reajuste será aplicada pela última vez. Pela regra, o mínimo deve ser corrigido pela inflação do ano anterior medida pelo INPC mais a variação do PIB de dois anos anteriores.

Em 2017, o PIB cresceu 1%. Para a estimativa de inflação, o governo considerou a previsão de 4% para o índice de inflação que consta do Boletim Focus, pesquisa com mais de 100 instituições financeiras divulgada toda semana pelo Banco Central (ABR).

Governo espera que Congresso aprove a reoneração da folha

O governo federal espera aprovar a reoneração da folha de pagamentos ainda neste ano. O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, disse ontem (12) que, mesmo em ano de eleições, o projeto vai avançar. “Não subestimem o senso de responsabilidade dos senhores e senhoras parlamentares. Evidente que se trata de um ano eleitoral, um ano até nervoso. Mas temos certeza que a reoneração vai avançar e será aprovada no Congresso, ainda neste ano”, disse, após participar de reunião ministerial, no Palácio do Planalto.

O ministro explicou que a desoneração faz com que empresas deixem de pagar receitas previdenciárias e esse recurso que não é pago pelas empresas, acaba sendo pago pelo governo, pelo INSS. “É importante tanto para que a



Ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun.

arrecadação previdenciária aumente, como para a diminuição das despesas da União”, disse Marun. O incentivo ao avanço da economia não será mais por meio de subsídios na arrecadação previdenciária. “Essa desoneração tem seus dias contados. Insistimos na aprovação de um projeto que inicia esse

processo. É uma prioridade do governo”, destacou.

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse que a reoneração de folha afeta o teto dos gastos públicos. “Essa não arrecadação é contabilizada como transferência de recursos do Tesouro para a Previdência. Portanto, está dentro do limite do teto dos gastos. A reversão [dos incentivos fiscais] abre espaço fiscal”, disse, ao lembrar que a proposta inicial do governo era manter apenas três setores desonerados e, no Congresso, esse número já subiu para 16 ou 17 setores. Ainda assim, afirmou o ministro, a aprovação do projeto será positiva.

O projeto de reforma do PIS/Cofins está “bastante maduro”, segundo Guardia, ao destacar que deve apresentar a proposta ao presidente Temer daqui a duas semanas (ABR).

Para Lava Jato, Gilmar ‘desborda o equilíbrio’

Curitiba - A Lava Jato reagiu ontem (12), às acusações do ministro Gilmar Mendes, do STF, que no Plenário da Corte afirmou que “a corrupção chegou ao Ministério Público Federal”. Gilmar citou o ex-procurador Marcelo Miller, envolvido no caso JBS, e também Diogo Castor, que integra a força-tarefa da Lava Jato no Paraná. Em nota, a Lava Jato do MPF se disse “surpreendida” e atribuiu a Gilmar “absoluta falta de seriedade”.

“Lançou contra o procurador da República Diogo Castor de Mattos notícias antigas e falsas a respeito do comportamento deste na Operação Lava Jato”, diz o texto. “A fala do ministro Gilmar Mendes desbordou o equilíbrio e responsabilidade exigidos pelo seu cargo”, afirmam os procuradores da Lava Jato.

Eles alegam que o ministro faz “não só acusações genéricas e sem provas contra a atuação do MPF, mas especialmente imputações falsas contra o procurador da República Diogo Castor de Mattos, com base em notícias antigas e em suposto ‘ouvir dizer’ de desconhecidos



Ministro Gilmar Mendes

advogados, mentiras já devidamente rechaçadas em nota pela força-tarefa Lava Jato em Curitiba em 12 de maio de 2017.”

A Lava Jato dá o troco e faz menção a um polêmico capítulo do ministro - sua proximidade com o empresário Jacob Barata Filho, o “Rei do Ônibus”, alvo da Lava Jato no Rio. “Como se pode ver, o procurador da República Diogo Castor de Mattos na força-tarefa Lava Jato não atuou na investigação de João Santana por decisão própria, indo além das exigências éticas e legais da magistratura, comportamento esse que o próprio ministro Gilmar Mendes não observou quanto ao seu impedimento em medidas judiciais relativas ao investigado Jacob Barata Filho” (AE).

Novos ministros e a ‘gestão de continuidade’

O presidente Temer disse ontem (12) que as recentes mudanças de ministros em seu governo não alterarão o trabalho que vinha sendo desenvolvido. O que será feito pela nova equipe será “um trabalho de continuidade”, afirmou o presidente na primeira reunião com os ministros após a mudança dos titulares de dez pastas.

“Que nós possamos prosseguir com as mesmas teses, com os mesmos programas, e com as mesmas vitórias que nós temos tido nesses quase dois anos de governo”, disse o presidente durante a primeira reunião ministerial com a nova equipe de seu governo, montada após alguns dos ex-ocupantes terem deixado a pasta para se candidatarem a cargos públicos nas eleições de 2018.

Temer disse que mudanças de rumo nos trabalhos desenvolvidos pelas pastas não serão admitidas. “Ressalto muito a palavra de continuidade porque às vezes um ministro entende que pode chegar e mudar a estrutura do ministério. Isso não é razoável e nem admissível”.



Temer determina que novos ministros façam uma gestão de continuidade.

No Ministério da Educação está Rosseli Soares; no do Desenvolvimento Social, Alberto Beltrame. A Fazenda está a cargo de Eduardo Guardia; o Planejamento, de Esteves Colnago; o de Minas e Energia, de Moreira Franco; o Esporte está sob a gestão de Leandro Cruz Fróes da Silva; o Turismo, com Vinicius Lummertz; a Integração Nacional, com Antônio de Pádua de Deus; a Indústria, Comércio Exterior e Serviços, com Marcos Jorge; o Ministério dos Direitos Humanos, com Gustavo Rocha; e do Trabalho, com Helton Yomura (ABR).

Cresceu o número de veículos novos financiados

São Paulo - O financiamento de veículos novos no Brasil cresceu 9,6% em março ante igual mês do ano passado, com a realização de 178,7 mil vendas a crédito, mostra levantamento da B3, que considera os segmentos de automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus e motocicletas.

Na comparação com fevereiro, mês mais curto, o volume representa avanço maior, de 32,7%. O primeiro trimestre, com isso, terminou com 469 mil unidades financiadas, alta de 14,5% em relação a igual período do ano passado.

Entre os usados, os financiamentos somaram 292,1 mil unidades em março, queda de 0,4% em relação a igual mês do ano passado, mas avanço de 17,8% na comparação com fevereiro. No trimestre, são 843 mil unidades financiadas, expansão de 5,5% sobre o volume de igual intervalo de 2017. Das modalidades de finan-



ciamento, o Crédito Direito ao Consumidor (CDC) foi o único que apresentou crescimento em março ante março do ano passado, a um ritmo de 6,5%. Com isso, passou a representar 84,2% do total de unidades financiadas. Consórcio e leasing, que tiveram quedas de 9,4% e 42,8%, respectivamente, agora correspondem a 14% e 0,6% do total (AE).

BOLSAS

O Ibovespa: +0,23% Pontos: 85.443,53 Máxima de +0,39% : 85.577 pontos Mínima de -0,26% : 85.025 pontos Volume: 8,91 bilhões Variação em 2018: 11,83% Variação no mês: 0,09% Dow Jones: +1,21% Pontos: 24.483,05 Nasdaq: +1,01% Pontos: 7.140,25 Ibovespa

Futuro: -0,19% Pontos: 85.490 Máxima (pontos): 85.870 Mínima (pontos): 85.065 Global 40 Cotação: 802,808 centavos de dólar Variação: -0,83%.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,4091 Venda: R\$ 3,4096 Variação: +0,7% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,47 Venda: R\$ 3,57 Variação: +0,47% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,3852 Venda: R\$ 3,3858 Variação: -0,57% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,3530 Venda: R\$ 3,5430 Variação: +0,45% - Dólar Futuro (maio)

Cotação: R\$ 3,4190 Variação: +1,15% - Euro (17h36) Compra: US\$ 1,2329 (às 11h36) Venda: US\$ 1,2329 (às 11h36) Variação: -0,31% - Euro comercial Compra: R\$ 4,2010 Venda: R\$ 4,2030 Variação: +0,38% - Euro turismo Compra: R\$ 4,1370 Venda: R\$ 4,3500 Variação: +0,39%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 6,34% ao ano. - Capital de giro, 9,44% ao ano. - Hot money, 1,04% ao mês. - CDI, 6,39% ao ano. - Over a 6,40%.

OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.341,90 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: -1,33% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 146,000 Variação: -0,35%.

“A grande vaia é mil vezes mais forte, mais poderosa, mais nobre do que a grande apoteose. Os admiradores corrompem”.

Nelson Rodrigues (1912/1980)
Jornalista brasileiro